

ESCUTAS SOCIEDADE CIVIL PARTE 2 – PNAB 2024

GOVERNO DO ESTADO AMAZONAS

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA

1 **ATA DO 1º DIA DE ESCUTAS DA SOCIEDADE CIVIL PARTE PARA**
2 **ELABORAÇÃO DO PAAR – PNAB 2024.** Aos 8ª (oitavo) dias do mês de Junho de
3 2024, às 10:00h, reuniram-se, de forma presencial e virtual no Cine Teatro Guarany,
4 cito Av. Sete de Setembro - Centro, Manaus - AM, 69010-005, conforme divulgação
5 em redes sociais e no Portaldoam publicada no dia 05/06/2024, sob coordenação dos
6 assessores **ANNE Paiva de Alencar (SEC)**, **Maria LUCIANE Coêlho Ituassú da**
7 **Silva (SEC)** e **THIAGO Hermido da Silva (SEC)** e tendo como secretária a
8 colaboradora **VANUZA da Silva Santos (CONEC)** e o colaborador **MIKAEL Nunes**
9 **Brandão (Planejamento)**. O encontro contou com a presença nos termos da lista
10 anexa de participantes presentes e virtuais, os quais participaram pelo aplicativo
11 Teams (via link distribuído via redes) ou pelo Youtube (via canal “culturadoam”). Tema
12 da reunião: Povo Negro. Constam presentes, um participante presencialmente e dois
13 participantes online. Considerando o diminuto quórum a reunião será feita em formato
14 de roda de conversa. **Anne Paiva** iniciou a roda de conversa destacando a
15 importância das reuniões para permitir que a sociedade civil participe ativamente da
16 elaboração dos editais relacionados à Lei Aldir Blanc. Ela enfatiza que é crucial que
17 os participantes compartilhem as informações discutidas durante as reuniões, tanto
18 presenciais quanto online, e incentivem seus colegas a participarem também. Anne
19 acredita que essa abordagem mais próxima e íntima permite uma interação mais
20 eficaz e pessoal. Ela convida os membros online, como Lamartine, mestre Cristiano
21 e Denis, a se apresentarem e a contribuírem para o processo de discussão e
22 elaboração dos editais. **Lamartine** se identifica como membro do movimento hip-hop
23 e expressa sua intenção de contribuir para a reunião de forma online. **Anne Paiva**
24 pergunta se os participantes já se envolveram com o edital relacionado ao povo negro
25 da LPG. **Lamartine** expressa que não participou especificamente desse edital, mas
26 se inscreveu nele. Ele pergunta quantas pessoas se inscreveram no edital. **Anne**
27 **Paiva** pergunta aos participantes se têm alguma opinião ou comentário sobre o
28 processo do edital relacionado ao povo negro da LPG e se desejam manifestar algum
29 ponto em relação a isso. **Lamartine** expressa uma crítica construtiva em relação ao
30 edital do povo negro da LPG, destacando a necessidade de uma comissão de
31 atendimento para garantir a efetividade do processo de autoidentificação. Ele
32 menciona a importância de membros ligados ao movimento negro e treinados para
33 essa função, ressaltando que a autodeclaração jurídica já não é suficiente em

34 concursos públicos. Destaca que essa comissão pode evitar situações em que
35 pessoas não qualificadas se autodeclarem como pertencentes ao grupo beneficiado.
36 Ele menciona a experiência da comissão de autoidentificação da universidade como
37 exemplo positivo. Lamartine conclui reforçando a importância de uma comissão de
38 autoidentificação em processos que envolvam questões raciais na lei Aldir Blanc.
39 **Anne Paiva** compartilha detalhes do processo de seleção relacionado ao edital do
40 povo negro da LPG. Ela explica que a instituição enviou ofícios para universidades
41 solicitando colaboração para formar comissões de ética e identificação, além de
42 convocar trabalhadores de projetos. A LPG também lançou um edital de
43 credenciamento para avaliadores de identificação, e as pessoas selecionadas foram
44 responsáveis pela análise das autodeclarações para identificação racial, indígena e
45 LGBT. Anne destaca que houve análise minuciosa e até desclassificação de projetos
46 de pessoas que se autodeclararam sem pertencimento ao grupo beneficiado. Ela
47 enfatiza que o processo foi técnico e contou com orientações de instituições e
48 universidades experientes nesse tipo de procedimento. **Lamartine** responde
49 expressando preocupações sobre a falta de uma comissão de atendimento e
50 transparência no processo. Ele destaca a importância de uma comissão de
51 autoidentificação composta por membros capacitados e ligados ao movimento negro.
52 Anne reconhece a validade da crítica de Lamartine e responde explicando que o
53 processo foi mais técnico do que público, mas ressalta a abertura para
54 aperfeiçoamentos. Ela também menciona a necessidade de considerar a
55 acessibilidade das pessoas do interior e a possibilidade de realizar entrevistas online
56 para facilitar a participação. **Anne Paiva** convida Lamartine a compartilhar sobre sua
57 experiência na comissão de autoidentificação, destacando a importância de escutar
58 todas as partes envolvidas e garantir transparência no processo. Ela propõe a
59 colaboração com outras instituições para facilitar a participação de pessoas do interior
60 e garantir que o processo seja inclusivo e acessível a todos. **Oto** destaca a
61 importância de criar um espaço dentro do processo para que a comissão possa
62 analisar as questões levantadas, garantindo transparência e inclusão. Ele concorda
63 com a ideia de que o processo não precisa ser presencial, mas enfatiza a importância
64 de torná-lo mais público para evitar constrangimentos e promover a inclusão de forma
65 eficaz. Expressa sua disposição para contribuir e agradece pela oportunidade de
66 participar das discussões. **Marcelo Dias** destaca a importância da presença da
67 sociedade civil e reforça o compromisso em seguir os critérios estabelecidos pela lei,
68 garantindo transparência e participação pública em todo o processo. Ele enfatiza que
69 o acompanhamento atento é fundamental, uma vez que os recursos são provenientes
70 do governo federal, e se compromete a estar presente para registrar e acompanhar o
71 desenvolvimento das ações. **Anne Paiva** sugere discutir quais tipos de projetos
72 seriam interessantes de serem abordados nos editais, especialmente considerando
73 as cotas específicas para a população negra. Ela lembra que na instrução normativa
74 está previsto que todos os editais terão cotas específicas para a população negra,
75 seguindo o que foi feito na LPG. No edital do povo negro da LPG, ficou aberto quais
76 ações seriam realizadas, não exigindo que o proponente realizasse ações específicas

77 relacionadas à exaltação do povo negro, por exemplo. Questiona se seria
78 interessante delimitar projetos específicos para esses editais. **Oto** expressa suas
79 preocupações em relação às cotas e à identificação racial nos processos de inscrição
80 e seleção de projetos. Ele menciona que no ano passado teve dificuldades em
81 participar devido à exigência de responder a questionários que o deixaram
82 desconfortável. Oto sugere que haja um cuidado maior na forma como as cotas são
83 aplicadas, para que pessoas que se identificam como negras, mas não são
84 visualmente identificadas como tal, também possam se beneficiar. Ele ressalta a
85 importância de critérios mais amplos de identificação, como histórico familiar e
86 experiências pessoais, para garantir uma representação mais inclusiva. **Anne Paiva**
87 destaca que agora, na PNAB, foi atualizado para permitir que mesmo pessoas que
88 se identificam como negras tenham a opção de escolher se desejam participar da
89 política de cotas. Ela enfatiza que na análise da identificação racial, tanto o fenótipo
90 quanto o histórico socioeconômico e cultural são considerados, refletindo o mesmo
91 critério adotado na LPG. Isso significa que os profissionais responsáveis pela análise
92 não se baseiam apenas na aparência física, mas também levam em conta o contexto
93 histórico e social dos indivíduos. **Felipe** compartilha sua experiência em relação às
94 contrapartidas dos editais, observando que enfrentou dificuldades para atender às
95 exigências específicas para o público alvo do edital anterior. Ele destaca que, apesar
96 de ter sido contemplado em um edital da prefeitura de Manaus, enfrentou desafios
97 para cumprir as contrapartidas voltadas para atender esse público específico. Felipe
98 acredita que a abertura das contrapartidas pode ser benéfica em certos momentos,
99 permitindo uma maior flexibilidade para os proponentes que enfrentam dificuldades
100 para atender aos critérios específicos. **Anne Paiva** reforça que não há necessidade
101 de amarrar de forma mais específica os objetos dos projetos a serem realizados em
102 relação ao público alvo específico. Ela destaca que muitos projetos enfrentam
103 dificuldades para atender a esse público específico, como observado também em
104 projetos propostos para a prefeitura de Manaus. Anne menciona que em seu projeto,
105 ele não foi contemplado pelas cotas específicas, mas sim pela concorrência aberta,
106 o que permitiu a representatividade de outras pessoas negras. Ela enfatiza a
107 importância de manter essa flexibilidade nos editais do estado, evitando limitações
108 excessivas e permitindo que diferentes grupos possam ser contemplados de maneira
109 mais inclusiva. **Lamartine** destaca algumas reflexões importantes sobre o edital do
110 povo negro. Ele enfatiza a necessidade de que, se é um edital voltado para esse
111 público, a pessoa contemplada deve ser negra, seja como proponente individual ou
112 como parte de uma organização, sugerindo até mesmo critérios mais específicos,
113 como a maioria das pessoas envolvidas no projeto ser negra. Além disso, ele levanta
114 a questão do portfólio das instituições, destacando a importância de considerar
115 organizações que já possuem um histórico significativo de ações voltadas para a
116 cultura negra. Ressalta que é essencial dar protagonismo ao povo negro dentro do
117 edital, e isso implica em avaliar criteriosamente quem está sendo contemplado e suas
118 contribuições prévias para a comunidade negra. Essas observações trazem uma
119 reflexão relevante sobre como garantir que os recursos sejam direcionados de

120 maneira eficaz e inclusiva dentro do contexto da Lei Aldir Blanc. O **Mestre** faz uma
121 série de observações e reflexões sobre a aplicação dos editais, especialmente o edital
122 do povo negro. Ele destaca a importância de garantir que as pessoas contempladas
123 sejam realmente parte da comunidade negra e que tenham um histórico de
124 envolvimento e contribuição para a cultura afro-brasileira. Mestre ressalta que é
125 necessário investigar e avaliar cuidadosamente quem está se beneficiando dos
126 recursos e se realmente estão alinhados com os objetivos do edital. Ele também
127 levanta a questão da metodologia de avaliação dos projetos, enfatizando que é crucial
128 considerar não apenas o valor do projeto, mas também a estrutura do edital e se ela
129 favorece efetivamente as comunidades que se destina a beneficiar. Mestre sugere
130 que é importante discutir se os projetos devem ser exclusivamente voltados para
131 iniciativas do povo negro ou se podem abranger uma gama mais ampla de propostas.
132 Além disso, ele destaca a necessidade de representatividade e inclusão de diversas
133 expressões culturais, como a capoeira e o hip-hop, nos editais culturais, garantindo
134 que todas as manifestações tenham espaço para se desenvolver e serem
135 reconhecidas. Suas observações apontam para uma abordagem mais sensível e
136 criteriosa na aplicação dos recursos, visando promover uma distribuição justa e
137 equitativa que fortaleça verdadeiramente as comunidades afrodescendentes. **Anne**
138 **Paiva** traz algumas sugestões interessantes para aprimorar o edital do povo negro.
139 Ela destaca a importância de manter a representatividade e a inclusão no processo
140 de seleção, garantindo que tanto os proponentes quanto as instituições tenham um
141 compromisso genuíno com a cultura negra. Uma das sugestões é reservar vagas
142 específicas para ações relacionadas à ancestralidade negra e à pesquisa sobre essa
143 temática. Isso permitiria que projetos voltados para esses temas fossem
144 desenvolvidos e mantidos vivos. Além disso, ela propõe que as instituições e pessoas
145 sejam avaliadas não apenas com base no projeto em si, mas também em seu histórico
146 de ações em prol do movimento negro. Também aborda a questão da diversidade de
147 temas nos projetos, sugerindo que não seja necessário que todas as propostas
148 abordem exclusivamente a cultura negra em seus aspectos mais tradicionais. Ela
149 destaca a importância de permitir que proponentes negros abordem uma variedade
150 de temas em seus projetos, sem perder de vista a essência de suas identidades. **O**
151 **Mestre** concorda com as sugestões apresentadas por Anne e expressa sua
152 concordância de uma forma concisa e enfática, destacando que está totalmente
153 alinhado com o que foi proposto. **Lamartine** destaca algumas questões importantes
154 relacionadas à aplicação dos critérios nos editais, incluindo o caso específico da Luiza
155 Maia. Ele ressalta que é essencial considerar a identidade racial dos proponentes,
156 mas também enfatiza que a obrigatoriedade de temas específicos pode ser limitante.
157 Sugere que a avaliação seja mais focada nos critérios de participação e qualidade do
158 projeto, evitando criar categorias separadas. Ele também menciona a importância de
159 pontuações diferenciadas para instituições e pessoas com um histórico mais longo de
160 atividades voltadas para o povo negro. Sugere que os critérios de avaliação e
161 participação sejam adaptados para contemplar melhor as iniciativas do povo negro,
162 mantendo a justiça e a equidade no processo de seleção dos projetos. **Marcelo Dias**

163 traz uma análise constitucional sobre as políticas de inclusão racial nos editais. Ele
164 destaca a importância de não criar exclusões em detrimento de outros grupos,
165 enfatizando a igualdade prevista na Constituição. Marcelo sugere uma avaliação mais
166 sensível, que considere tanto o mérito das ações afirmativas quanto a possibilidade
167 de exclusão de trabalhos excelentes que não se enquadram nos critérios específicos.
168 Ele propõe uma sistematização mais justa do ranqueamento dos projetos, levando
169 em conta o tempo de atuação e a diversidade de experiências. Também ressalta a
170 necessidade de flexibilizar os critérios para não limitar demasiadamente a
171 participação e fruição dos recursos. Ele enfatiza que o objetivo é favorecer a
172 diversidade e a inclusão, sem perder de vista os princípios constitucionais de
173 igualdade. Encoraja uma abordagem evolutiva e participativa no processo de revisão
174 dos editais, incentivando uma postura construtiva e colaborativa entre os membros
175 da categoria. **Oto** ressalta a importância de que os contemplados nos editais sejam
176 pessoas comprometidas com a promoção da cultura negra. Ele menciona a existência
177 de uma cota para projetos que abordam essa temática, tanto em shows quanto em
178 outras formas de expressão artística, como artes visuais e música. Oto enfatiza que
179 é essencial que os projetos contemplados efetivamente promovam a cultura negra, e
180 que aqueles que não se enquadram nesse critério possam ser direcionados para
181 outros sistemas de comunicação das artes. Ele destaca a necessidade de os artistas
182 terem consciência da importância de abordar a cultura africana em seus trabalhos,
183 valorizando suas raízes e contribuindo para despertar o interesse e o respeito por
184 essa cultura. **Anne Paiva** destaca a importância do papel de Leonard na
185 produtividade do grupo e expressa o desejo de atender a todas as vagas dentro do
186 edital. Ela ressalta a necessidade de mostrar nos processos o protagonismo na
187 cultura negra, tanto para pessoas físicas quanto para coletivos jurídicos. Acredita que
188 o grupo já refletiu bastante sobre o objeto do edital e encoraja os participantes a
189 amadurecerem suas ideias, levando a discussão para a consulta pública de forma
190 mais elaborada. Ela convida os outros a compartilharem suas opiniões antes de
191 seguir em frente. **Deny** reforça a importância do protagonismo do povo negro na
192 discussão, concordando com as colocações feitas por Felipe, Marquinho, Cristiano e
193 outros. Ele ressalta que é necessário um edital específico para o povo negro,
194 protagonizado por pessoas negras e com ação afirmativa voltada para essa
195 comunidade. Deny enfatiza que não se trata de tirar nada do quinto artigo, mas sim
196 de buscar uma equiparação e reparação diante das injustiças históricas enfrentadas
197 pela população negra ao longo dos séculos. **Anne Paiva** solicita informações sobre
198 os modelos de editais, destacando a importância de compreender os formatos
199 existentes, especialmente para um edital voltado para o povo negro. Ela pede para
200 os participantes compartilharem suas experiências prévias com outros editais da
201 Secretaria, além de sugerir que seja exibido um modelo digital durante a
202 apresentação para facilitar a compreensão. **Thiago Hermido** destaca a importância
203 de discutir diferentes modelos de editais para contemplar projetos voltados para o
204 povo negro. Ele menciona experiências anteriores, como os modelos de editais por
205 linguagem artística e por módulos financeiros, e sugere a possibilidade de adotar um

206 modelo sem módulos financeiros, onde os proponentes determinam o valor dos seus
207 projetos dentro de um mínimo e máximo estabelecidos. Também levanta a questão
208 sobre a divisão igualitária entre todas as linguagens e propõe discutir sugestões de
209 valores mínimos e máximos para os projetos. Ele menciona exemplos de editais
210 anteriores, como o caso do hip hop, que escolheu um valor único para todos os
211 projetos. Menciona também a participação do Instituto Cultural Afro na Amazônia em
212 projetos culturais afro em dois municípios, ressaltando a importância de discutir a
213 questão da filial. **Anne Paiva** destaca a importância de receber críticas da sociedade
214 em relação às decisões tomadas, incluindo a possibilidade de criar filiais de empresas
215 em outros estados para participar de editais locais. Ela menciona que esse debate
216 surgiu devido a situações passadas, onde empresas de outros estados criaram filiais
217 para concorrer a editais locais. Reconhece que legalmente pode ser difícil intervir
218 nesse processo, mas destaca a necessidade de discutir o assunto para entender as
219 repercussões na comunidade local. Ela expressa preocupação com a possibilidade
220 de pessoas se mudarem de Boa Vista e Manaus devido a essa situação. **O mestre**
221 disse que parece que há um consenso entre Felipe e Lamartine em relação ao uso
222 de módulos para a distribuição dos recursos do edital. Thiago Hermido disse que
223 eles acham que a IPG a SEC põe em valores mais altos, estão em valores mais
224 baixos, acha que é mais alta. O Mestre pediu para compartilhar com os colegas o
225 valor total disponível, que é de 1.413.000, e sugerindo que seja considerado como
226 um valor único para os projetos. Ele está buscando alinhamento com a opinião dos
227 outros participantes. **Lamar** está explicando sua visão sobre os valores dos projetos.
228 Ele destaca que o valor de 100 é uma sugestão, levando em consideração a seção
229 de grandes eventos e a necessidade de maior exigência para projetos maiores. Ele
230 menciona que a inclusão de valores menores, como 25, visa oferecer oportunidades
231 para pessoas que estão iniciando projetos menores, mesmo que tenham um portfólio
232 de ações relevantes. Enfatiza a importância de valorizar esses projetos no contexto
233 do edital. **Thiago Hermido** ponderou se determinados projetos passariam,
234 questionando o valor que seria destinado a eles. Ele indagou sobre a distribuição dos
235 recursos entre projetos de diferentes valores, estabelecendo um mínimo de 5 projetos
236 com investimento religioso e sem divisões específicas para quantidades de 25 e 100.
237 Considerou que metade do valor total não seria destinada a um projeto específico, o
238 que permitiria contemplar 28 projetos de 25000 e 7 projetos de 100. Ele sugeriu
239 ajustes na distribuição, propondo destinar 10 projetos sem o restante de 25,
240 reservando 5 para o interior e 5 para a capital. **Flípe** expressou interesse na divisão
241 dos valores, reconhecendo que cada área tem demandas específicas. Como
242 representante do audiovisual, ele destacou a necessidade de considerar o valor de
243 25 mil para a execução de um projeto, apesar de ser um montante relativamente
244 baixo. Concordou com a opinião de Amaro e Eric de que cada proponente deve
245 adaptar-se à realidade do valor oferecido. Sugeriu a possibilidade de diminuir o
246 investimento em livros, sem aumentar a quantia destinada aos projetos de 25, para
247 assim abranger mais pessoas, visando atender o máximo possível de participantes
248 no edital. **Lamartine** observou que aqueles que trabalham na área visual geralmente

249 demandam um investimento maior. Ele destacou a necessidade de considerar essa
250 disparidade nos valores destinados aos diferentes segmentos, incluindo também o
251 edital de audiovisual. Lamar mencionou a diversidade nas linguagens artísticas,
252 variando entre 10 e 100. Ele reconheceu a importância de projetos específicos para
253 a comunidade negra, enfatizando que separá-los com um investimento menor não
254 seria a abordagem correta. Propôs então uma distribuição de recursos, sugerindo 10
255 projetos de 100016 e 16 projetos de 25. Dentre os 10 projetos maiores, 5 seriam para
256 o interior e 5 para a capital, enquanto dos 16 projetos menores, 8 seriam para o interior
257 e 8 para a capital. Ele expressou concordância com essa proposta, considerando-a
258 adequada e equilibrada, e afirmou que seguiriam nessa direção. **Thiago Hermido**
259 explicou que após passarem por todos os estágios necessários, os projetos seriam
260 disponibilizados para consulta pública. Isso proporcionaria uma visão mais clara e
261 transparente do processo, com todos os detalhes documentados. Ele mencionou que
262 a etapa atual era a definição dos critérios de participação, solicitando feedback dos
263 presentes. Os critérios incluíam residir no estado do Amazonas, ter documentação
264 atualizada no Cadastro estadual de cultura, não ter vínculos com a Secretaria de
265 Estado de Cultura, Economia Criativa e da Agência Amazonense de Desenvolvimento
266 Cultural, não ser membro de movimento cultural ou comissões ligadas aos conselhos
267 estaduais de cultura, entre outros. Também mencionou a importância de avaliar esses
268 critérios, tanto para os participantes quanto para os profissionais listados na ficha
269 técnica. Ele convidou os presentes a compartilharem suas opiniões e sugestões para
270 aprimorar os critérios de participação, baseados em experiências anteriores com
271 outros editais. **Lamartine** expressou concordância com todos os critérios
272 mencionados, exceto um ponto específico que ele considerava importante abordar.
273 Ele levantou a questão de que seria necessário especificar o tempo mínimo de
274 atuação da empresa com dois anos, para garantir clareza nas diretrizes. Além disso,
275 ele apontou a necessidade de discutir como lidar com a exigência de que pelo menos
276 um membro do proponente seja negro. Ele levantou a preocupação de que isso
277 poderia limitar a análise dos demais integrantes da equipe. Sugeriu que a equipe
278 técnica pudesse realizar uma avaliação separada para garantir a inclusão de critérios
279 digitais e a avaliação dos portfólios dos proponentes, especialmente aqueles ligados
280 ao CIP (Cadastro de Identificação de Proponentes), para determinar se há
281 participação significativa de pessoas negras nos projetos. Ele concluiu expressando
282 a necessidade de resolver essa questão para evitar possíveis conflitos ou limitações
283 na análise dos projetos. **Thiago Hermido** concordou com a importância de incluir
284 critérios para garantir a representatividade racial nos projetos. Ele mencionou a
285 proposta de que uma empresa tenha pelo menos 50% mais uma pessoa negra em
286 sua composição, e que as pessoas envolvidas nos projetos também tenham alguma
287 relação com o movimento ou sejam pessoas negras. Ele destacou a complexidade
288 de avaliar essas questões ao sugerir a remoção da ficha técnica do processo de
289 avaliação. Explicou que, dessa forma, avaliariam apenas o proponente e as pessoas
290 diretamente envolvidas no projeto. No entanto, ele reconheceu o risco de uma
291 empresa incluir apenas uma pessoa negra para cumprir o requisito, enquanto o

292 restante da equipe não seria diversificado. Isso poderia resultar em uma falta de
293 representatividade efetiva na execução do projeto. **Deny** levantou uma dúvida em
294 relação ao requisito de cadastro na Secretaria de Cultura do estado. Ele queria
295 entender melhor como funciona esse processo de cadastramento, preocupado com
296 a possibilidade de ser algo complicado e que pudesse limitar a participação de muitas
297 pessoas com boas ideias. Dennis expressou interesse em entender os detalhes para
298 garantir que o processo não exclua potenciais participantes que poderiam contribuir
299 de forma significativa com seus projetos. **Anne Paiva** explicou que o cadastro na
300 Secretaria de Cultura do estado está aberto atualmente e que é necessário preencher
301 os dados mínimos até o dia de hoje. Ele ressaltou que o objetivo desse cadastro é
302 catalogar os profissionais e empresas atuantes na área da cultura e economia criativa
303 do estado. Além disso, destacou que o cadastro serve como um facilitador durante o
304 processo de inscrição nos editais, eliminando a necessidade de procurar documentos
305 como RG, CPF e comprovante de residência no momento da inscrição. Esses
306 documentos já estarão disponíveis no cadastro prévio. Incentivou as pessoas a se
307 cadastrarem ou atualizarem seus dados para manter as informações sempre corretas.
308 Enfatizou que o cadastro permanece aberto durante todo o período de instituição dos
309 editais, e uma equipe específica está disponível para auxiliar em caso de dúvidas.
310 **Thiago Hermido** destacou a importância do cadastro na Secretaria de Cultura como
311 uma ferramenta que veio para facilitar muito o processo de inscrição nos editais. Ele
312 explicou que, no passado, era necessário reunir uma grande quantidade de
313 documentos, como comprovantes de residência, identidade, CPF e portfólios, a cada
314 nova inscrição. No entanto, com o cadastro na cultura, esses documentos já ficam
315 armazenados, o que torna o processo de inscrição mais simples e rápido. Ele
316 enfatizou que o cadastro é contínuo e não depende da abertura de um edital
317 específico. O cadastro está disponível no portal da cultura, permitindo que as pessoas
318 se inscrevam a qualquer momento. Além de facilitar a participação nos editais, o
319 cadastro também é utilizado para outras ações da Secretaria, como a busca por
320 artistas para realizar atividades apoiadas pelo governo estadual. Ressaltou que o
321 cadastro é essencial para evitar que projetos sejam eliminados devido à falta de
322 documentos, uma situação que ele considerava triste. Ele encorajou as pessoas a
323 tirarem suas dúvidas sobre o cadastro, destacando que a Secretaria possui uma
324 equipe disponível para oferecer suporte tanto via WhatsApp, presencialmente ou por
325 e-mail. **Marcelo Dias** mencionou a importância do portal mapas.cultura.gov.br, uma
326 iniciativa do governo federal, que concentra informações culturais de todo o país.
327 Além disso, ele ressaltou que esse cadastro serve como indicador para ampliar a
328 distribuição de recursos em todo o Brasil. Explicou que um dos principais objetivos é
329 fortalecer os profissionais da cultura, formulando políticas que os apoiem e promovam
330 sua atividade no estado. Ele enfatizou que estar cadastrado no mapas é obrigatório
331 para concorrer aos pontos de cultura e leitura, tanto no âmbito federal quanto
332 estadual. Isso não só aumenta o número de profissionais cadastrados, mas também
333 promove a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como os artistas da
334 periferia. Mencionou a necessidade de reformular a legislação para ampliar e distribuir

335 de forma mais justa os recursos destinados à cultura. Ele incentivou as pessoas a
336 realizarem seus cadastros o quanto antes para se tornarem elegíveis para futuras
337 oportunidades. Por fim, ele agradeceu a todos e anunciou o próximo programa de
338 música no canal 2, com destaque para o hip-hop. Ele também compartilhou o e-mail
339 do escritório para aqueles que precisam de apoio operacional. **Felipe** expressou
340 preocupação em relação à avaliação dos proponentes, sugerindo que apenas verificar
341 o proponente já seria suficiente, sem a necessidade de analisar portfólios e
342 documentações adicionais. Ele argumentou que essa abordagem poderia aumentar
343 a burocracia e causar demoras no processo de avaliação. Felipe enfatizou a
344 importância de ser responsável com os recursos públicos, indicando que essa é uma
345 proposta que merece consideração. **Oto** fez uma intervenção para esclarecer um
346 ponto sobre os valores propostos para os projetos. Ele confirmou que houve uma
347 proposição de 100000 para apenas dois valores, um projeto de elite e outro de 100.
348 Esse acordo ainda seria discutido com os demais presentes. Em seguida, abordou a
349 questão da distribuição dos valores, sugerindo a redução para 7080, a fim de gerar
350 mais oportunidades para projetos de 25 ou 30. Ele ressaltou a importância de
351 considerar a diversidade de proponentes e evitar sobrecarregar financeiramente
352 apenas alguns participantes. Também destacou a relevância dos critérios de
353 avaliação, defendendo a inclusão de pontos para atender às minorias, como negros,
354 LGBTs, mulheres e pessoas com deficiência. Ele enfatizou que esses critérios não
355 devem ser excludentes, mas sim contribuir para uma maior representatividade e
356 inclusão nos projetos. Propôs que esses critérios se estendam não apenas ao
357 proponente principal, mas também aos demais membros da equipe técnica, para
358 garantir uma abordagem mais abrangente e inclusiva. **Mestre** esclareceu algumas
359 regras relacionadas à participação nos editais. Ele explicou que, de acordo com as
360 normas estabelecidas, uma pessoa pode ser proponente de um projeto desde que
361 não seja servidor da Secretaria de Cultura do estado ou da AADC (Desenvolvimento
362 Cultural), uma agência parceira. No entanto, ele ressaltou que essa questão está
363 aberta para discussão. Mencionou que, em relação aos servidores de outras
364 secretarias, houve uma solicitação para que eles não participassem como
365 proponentes, especialmente no contexto dos corpos artísticos do estado, onde os
366 membros já são remunerados pelo seu trabalho. No entanto, ele destacou que esse
367 é um tema em debate e que estão abertos a ouvir diferentes perspectivas da
368 sociedade. Enfatizou que estão disponíveis para ouvir e discutir sobre esse assunto,
369 buscando entender se essa é a melhor abordagem ou se há outras maneiras de lidar
370 com essa questão. Ele encorajou qualquer pessoa que tenha preocupações ou
371 sugestões a se manifestar para que possam considerar todas as opiniões antes de
372 tomar uma decisão final. **Oto** esclareceu que toda a sua produção é de natureza
373 espiritual, centrada em sua atividade como aluno na revista "Titãs do Professor
374 Nogueira". Ele enfatizou que sua atuação é como um vice produtor nesse contexto.
375 Oto expressou que seu compromisso está enraizado nesse caminho espiritual e de
376 militância que ele segue. Devido a essa dedicação, ele indicou que nunca poderia se
377 candidatar a cargos públicos ou participar de processos de construção cultural como

378 servidor público na área da dança. **Felipe** levantou uma preocupação em relação aos
379 avaliadores dos projetos, sugerindo que eles não devem ser membros do conselho
380 de cultura, para evitar possíveis conflitos de interesse. Ele explicou que, mesmo que
381 os avaliadores sejam imparciais, sua ligação direta ou indireta com o processo
382 poderia gerar questionamentos por parte dos proponentes. No entanto, ele
383 considerou que, além dessa questão, os demais aspectos do processo de avaliação
384 estavam adequados, em comparação com o ano anterior. **Oto** expressou a
385 importância de considerar os avaliadores de outras regiões, garantindo que tenham
386 familiaridade e sensibilidade em relação à cultura local. Ele destacou a necessidade
387 de os avaliadores realizarem uma pesquisa mínima sobre o contexto cultural da
388 região em questão, para evitar o desconhecimento e garantir uma avaliação mais
389 justa e precisa. Os avaliadores externos devem ter sensibilidade para conhecer a
390 realidade local, como no caso de comunidades quilombolas, onde é essencial
391 entender as referências e tradições específicas. Ele enfatizou a importância de
392 convidar avaliadores que possuam conhecimento ou que realizem pesquisas sobre
393 culturas que não sejam apenas de conhecimento nacional. **Deny** destacou a
394 importância de que os avaliadores não apenas possuam conhecimento sobre o tema
395 em questão, mas também estejam diretamente envolvidos no movimento negro. Ele
396 ressaltou que esse envolvimento traz um entendimento mais profundo das questões
397 e movimentos negros, tornando a análise mais qualificada e sensível às necessidades
398 e contextos específicos. Mencionou também a importância de que os avaliadores
399 sejam pessoas negras, reconhecendo a relevância da representatividade e da
400 diversidade de vozes nos processos de avaliação. Ele enfatizou que essa análise
401 mais aprofundada e diferenciada é essencial para garantir uma avaliação justa e
402 inclusiva. **Anne Paiva** ressaltou a importância de garantir que os avaliadores tenham
403 conhecimento e competência adequados sobre o hip-hop, além de estarem
404 familiarizados com os diversos aspectos e peculiaridades desse movimento cultural.
405 Ela mencionou que, no Rio de Janeiro, a situação é ainda mais desafiadora, o que
406 destaca a necessidade de um filtro rigoroso na seleção dos avaliadores para garantir
407 uma avaliação justa e qualificada. Este filtro deve assegurar que os avaliadores
408 tenham a expertise necessária para compreender e apreciar adequadamente as
409 expressões artísticas do hip-hop, contribuindo para uma avaliação mais precisa e
410 criteriosa. **Lamartine** destacou a necessidade de corrigir uma disparidade nos
411 projetos desclassificados que ficam quase em primeiro lugar, tanto em nível local
412 quanto nacional. Ele expressou preocupação com a seleção dos avaliadores,
413 observando que, apesar de sua vontade de participar, como conselheiro de cultura,
414 ele não se considera elegível para ser avaliador devido a esse cargo. Ele sugeriu a
415 inclusão de avaliadores nacionais da região Norte, de fora do estado, para evitar
416 favorecimentos indevidos por amizades ou conexões locais. Além disso, ressaltou a
417 importância de avaliadores terem conhecimento sobre a cultura local e reconheceu a
418 necessidade de equilibrar o saber popular com o conhecimento acadêmico na
419 composição das comissões avaliadoras. Ele enfatizou que os avaliadores devem ter
420 conexão mínima com a região em que os projetos serão realizados, para garantir uma

421 avaliação justa e precisa. Por fim, sugeriu que o processo de seleção dos avaliadores
422 seja transparente e público, para que os concorrentes saibam quem está envolvido
423 no processo e tenham confiança na imparcialidade e competência dos avaliadores.
424 Ele enfatizou a importância de garantir que o processo de avaliação seja conduzido
425 de forma ética e transparente, para promover a equidade e a justiça nos editais
426 culturais. **Thiago Hermido** explicou que, embora o corpo avaliativo da LPG seja
427 público, os nomes dos avaliadores não são divulgados para evitar possíveis ameaças
428 ou influências externas em suas avaliações. Ele ressaltou a existência de uma lista
429 com os nomes e currículos dos avaliadores, e mencionou que, se houver denúncias
430 contra algum deles, o conselho de cultura pode intervir e retirar o avaliador do
431 processo. Também abordou a preocupação com a subjetividade das avaliações e a
432 necessidade de garantir uma avaliação mais justa e imparcial. Ele destacou a
433 importância de ter avaliadores locais, nacionais e da região Norte para evitar
434 favorecimentos indevidos e garantir uma avaliação abrangente e equilibrada. Além
435 disso, apresentou uma nova metodologia de avaliação dos editais, que inclui a
436 necessidade de justificar as notas atribuídas pelos avaliadores, com um limite mínimo
437 de caracteres para cada justificativa. Ele propôs essa abordagem para tornar as
438 avaliações mais objetivas e reduzir a subjetividade, garantindo assim uma avaliação
439 mais precisa e transparente dos projetos. Convidou os participantes a discutirem e
440 opinarem sobre essa nova metodologia de avaliação, buscando feedbacks e
441 sugestões para aprimorar o processo de avaliação dos editais. **Lamartine** expressou
442 preocupação com a avaliação de um projeto que propunha um duelo estadual de
443 MCs. Segundo ele, o avaliador considerou que o projeto deveria ser realizado em
444 Minas Gerais, o que não estava de acordo com o edital. Ressaltou que, embora não
445 tenha recorrido da decisão, considerou esse erro significativo e destacou a
446 importância de evitar que isso aconteça novamente. Ele mencionou que essa questão
447 não se limitou apenas a esse projeto específico, mas também afetou outras iniciativas
448 importantes que já haviam sido premiadas pelo mesmo edital anteriormente.
449 Enfatizou a seriedade do processo de avaliação e a necessidade de garantir que os
450 projetos estejam em conformidade com o edital, especialmente quando se trata de
451 iniciativas culturais significativas. Apontou que esse tipo de erro pode ter impactos
452 negativos nas comunidades beneficiadas pelos projetos e destacou a importância de
453 refletir sobre esses problemas para evitar que ocorram no futuro. Ele expressou
454 gratidão pela oportunidade de discutir esse assunto e buscar maneiras de melhorar o
455 processo de avaliação. **Anne Paiva** explicou que o diálogo é fundamental para
456 melhorar o processo de avaliação. Ela destacou que a equipe responsável pela
457 seleção dos projetos não tem acesso direto às notas dos avaliadores, a menos que
458 haja um recurso ou uma denúncia específica. Ressaltou que abrir cada projeto
459 individualmente para revisão violaria o processo dos avaliadores e dos proponentes.
460 Ela enfatizou que a denúncia ou o recurso são importantes para permitir que a equipe
461 reveja casos específicos e corrija eventuais problemas. Sem isso, a equipe não tem
462 acesso às notas individualmente e não pode revisar o processo de avaliação de
463 maneira sistemática. Explicou também, que, devido ao grande número de inscrições,

464 seria inviável revisar cada uma delas individualmente antes do resultado final.
465 **Lamartine** ressaltou a importância de considerar a situação em que um projeto é
466 desclassificado em um edital estadual, mesmo após ter sido aprovado anteriormente.
467 Ele questionou como lidar com essa discrepância, uma vez que o projeto já havia sido
468 aprovado pelo estado. Ele reconheceu a complexidade do processo de avaliação e
469 destacou que entende as limitações de violar o processo de avaliação. No entanto,
470 ele enfatizou a necessidade de cuidado ao lidar com casos como esse, especialmente
471 quando há projetos que passam pelo crivo estadual e municipal sob os mesmos
472 critérios. Esclareceu que não estava culpando a equipe responsável pela avaliação,
473 mas sim levantando a questão para discussão, dada a importância e a complexidade
474 do assunto. Ele expressou sua compreensão das dificuldades envolvidas no processo
475 de avaliação, mas sugeriu que essa questão específica merece atenção e
476 consideração. **Oto** destacou a importância de fazer recursos em relação aos critérios
477 dos editais, citando um exemplo de um projeto que enfrentou desafios na avaliação.
478 Ele mencionou um projeto relacionado ao samba, onde houve dificuldades em
479 enquadrar a quantidade de vídeos proposta. Explicou que eles apresentaram
480 recursos para corrigir a avaliação, dedicando um dia inteiro para construir argumentos
481 relacionados aos critérios do edital. Ele expressou suas dúvidas sobre a pontuação
482 dos projetos e como essa pontuação pode ser melhorada em uma segunda avaliação.
483 **Oto** ressaltou a importância de recorrer quando necessário e de garantir que os
484 critérios do edital sejam respeitados para uma avaliação justa e precisa. **Anne Paiva**
485 mencionou que no passado não havia uma regra que proibisse a nota de ser inferior
486 à primeira nota atribuída. Ela explicou que, por exemplo, em uma reavaliação, a nota
487 poderia ter sido inferior à primeira. Anne concordou com essa abordagem e expressou
488 sua compreensão sobre a possibilidade de uma avaliação resultar em uma nota
489 menor. **Felipe** sugeriu que trabalhar com apenas 3 avaliadores poderia ser
490 interessante, e propôs uma ideia de remover a nota mais baixa atribuída por um
491 avaliador e calcular a média das notas restantes. Ele também comentou sobre erros
492 que ocorrem em todos os estados, citando um caso em que um avaliador não
493 considerou um critério de avaliação. Enfatizou que os erros são humanos e que tanto
494 os proponentes quanto os avaliadores estão sujeitos a eles. Destacou a importância
495 de melhorar a divulgação e os prazos para recursos. **Anne Paiva** está solicitando que
496 os participantes preencham um questionário para fins de documentação, garantindo
497 que todas as informações sejam fornecidas de forma anônima para concessões. Ela
498 os encoraja a compartilhar qualquer outro assunto que desejem abordar no grupo,
499 disponibilizando um QR Code para escaneamento e preenchimento do questionário.
500 Propõe encerrar a reunião atual e convida os participantes a se juntarem novamente
501 à tarde para uma sessão de hip-hop ou para outras reuniões programadas ao longo
502 da semana. Ela agradece a participação de todos e confirma que as próximas
503 reuniões seguirão o mesmo formato híbrido, com opções presenciais e virtuais.
504 Conclui perguntando se todos estão de acordo com a proposta. E assim, sem mais
505 manifesto ou assunto para ser tratado, deu por encerrada a 1ª reunião de escutas da

506 sociedade civil. Esta ata, após lida com os presentes, vai assinada por mim e por
507 todos.